

Alternativas de política econômica

O debate sobre as alternativas da política econômica atual tem se limitado a questões pontuais, como da taxa de câmbio, ou ainda a caminha para um impasse, num sentido mais amplo. De um lado, os defensores da estratégia em curso argumentam que sem a aprovação das reformas no Congresso não há espaço para flexibilizar a política econômica. Do outro lado, os críticos apontando a necessidade de ajustes.

É fato que a política econômica do real transformou-se em uma "armadilha" que restringe o crescimento. Em função disso a economia brasileira dificilmente vai crescer mais do que 3% este ano, um desempenho muito abaixo do necessário para gerar desenvolvimento. Por outro lado, o custo da estabilização tem sido penoso para o setor produtivo brasileiro e para o desempenho das contas públicas, com reflexos diretos no nível de empregos.

Há pelo menos três focos de restrição ao crescimento sustentado: a área externa, o nível de investimentos e as contas públicas. O primeiro e o mais importante é a área externa. A valorização do câmbio, combinada com a abertura econômica, incentivou as importações que provocaram uma mudança estrutural na esfera produtiva, com a redução do valor agregado local. Ao mesmo tempo, as exportações não reagiram na mesma proporção.

O coeficiente médio de importa-



É preciso reforçar mecanismos contra as importações ilegais

ções em relação à produção local subiu de 6% em 1990, no início do processo de abertura, para algo superior a 15% em 1995, conforme apontam dados do BNDES. No setor de bens de capital esse coeficiente já ultrapassa 66%, denotando o crescente sucateamento de uma indústria primordial para sustentar o desenvolvimento brasileiro.

No tocante à discussão das alternativas para a economia

brasileira, tem sido um argumento recorrente dos que defendem a política atual que uma alteração de rota dependeria da aprovação de reformas constitucionais. O que vale discutir é, primeiro, se há como evitar, pelo menos em parte, o custo da política econômica atual e, segundo, em que medida essas ações dependem das reformas constitucionais.

Está claro que o Estado brasileiro, a questão fiscal, o sistema financeiro, a área da previdência e outras necessitam de profundas reformas, até mais intensas do que as versões que estão em discussão. Mas também é certo que essas reformas não serão aprovadas e tampouco implementadas no curto prazo. A alternativa é agir puntualmente em questões não menos importantes, que podem trazer ganhos e reduzir o custo do ajuste.

A saída para reduzir a restrição externa e o desemprego é um aumento vigoroso das exportações, visando ampliar nossa participação em um mercado mundial que tem crescido cerca de 9% ao ano,

no qual o Brasil vem perdendo participação relativa. Há aproximadamente 10 anos detínhamos 1,4% das exportações anuais e, hoje, nossa participação não passa de 0,8%.

Para expandir as exportações precisamos de um programa de promoção, a exemplo da estratégia de países emergentes, além de reduzir o custo Brasil, ou seja, o conjunto de fatores sistêmicos que prejudicam a competitividade dos nossos produtos, o que não depende somente de reformas, mas de ações ao alcance do Executivo, a exemplo dos avanços conseguidos recentemente no tocante à desoneração tributária. No tocante ao aparato burocrático, há muito que pode ser feito para simplificar a vi-

da de quem produz e exporta.

Quanto às importações, sem abrir mão da continuidade do projeto de abertura que, se bem conduzido trará grandes benefícios, é preciso reforçar os mecanismos de defesa contra a concorrência predatória e o dumping, que têm significado desnecessariamente a queima de divisas e lugares de trabalho. Esse é um campo novo para os brasileiros, tendo em vista que a abertura também é recente. Mas é preciso avançar rapidamente nesse ponto, pois as importações ilegais são crescentes e geram distorções cuja correção pode demandar custos elevados e tempo.

O setor eletroeletrônico já aponta para um déficit em sua balança comercial da ordem de US\$ 6 bilhões este ano, fruto não só da reestruturação por que passa o setor com a abertura e a sobrevalorização cambial, mas também devido à influência da concorrência desleal representada pela importação predatória. É urgente definir políticas industriais setoriais para evitar-se o sucateamento industrial de segmentos estratégicos da produção brasileira.

As reformas são importantes, algumas delas até mesmo imprescindíveis. Mas elas não substituem a eficácia na administração da política econômica e nem impedem as ações que podem diminuir os custos do programa de estabilização e queimar importantes etapas na busca das condições para o desenvolvimento sustentado da economia brasileira.

■ Antônio Corrêa de Lacerda, economista, é presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP) e professor do departamento de Economia da PUC-SP

